

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 138, DE 2023

Dispõe sobre incentivos fiscais para produção e comercialização de ônibus e demais veículos de transporte urbano elétrico ou híbrido.

Autor: Deputado LÉO PRATES

Relator: Deputado ALEX SANTANA

I - RELATÓRIO

Por força da alínea 'h', do inciso XX, do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, chega a esta Comissão de Viação e Transportes, para análise de mérito, o Projeto de Lei Complementar nº 138, de 2023. O Texto propõe a concessão de incentivos fiscais para a produção de veículos movidos à energia elétrica ou híbridos. Também obriga as concessionárias de transporte urbano a adotar esse tipo de veículo em sua frota na proporção de 50%.

O Autor justifica a proposição argumentando que a medida contribuirá para a diminuição dos impactos ambientais causados pela emissão de poluentes. Critica o Programa Inovar-Auto, do Governo Federal, que, em seu entendimento, deveria englobar veículos elétricos e híbridos e entende que a proposta será capaz de estimular a produção e comercialização de veículos de transporte urbano com esse tipo de propulsão.

Após a avaliação do mérito por esta Comissão de Viação e Transportes, a Comissão de Finanças e Tributação também se pronunciará quanto ao mérito e quanto à adequação financeira e orçamentária do projeto. Por fim, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania deverá se



manifestar quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposta.

A proposição está sujeita à apreciação do Plenário e tramita em regime de prioridade.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei em análise propõe a concessão de incentivos fiscais para a produção de veículos movidos à energia elétrica ou híbridos. Também obriga as concessionárias de transporte urbano a adotar esse tipo de veículo em sua frota na proporção de 50%.

A medida é bem-vinda e merece aprovação. Somos favoráveis a quaisquer medidas que nos ajudem a renovar e modernizar os veículos em circulação no País.

Concordamos com o Autor quando considera que a isenção de impostos servirá de catalizador para a eletrificação da frota nacional. A tecnologia de propulsão elétrica não é nova e seus benefícios são reconhecidos por todos. Entretanto, o ritmo com que esse tipo de veículo é adotado no Brasil ainda é tímido e muito aquém do seu potencial. Quando se investiga a causa dessa relativa baixa adesão, verifica-se que o custo de aquisição dos veículos elétricos ainda é um dos fatores mais determinantes no processo de tomada de decisão.

Dessa forma, medidas como essa, que desoneram todo o processo, desde a pesquisa, inovação e desenvolvimento dos veículos até sua comercialização ao consumidor final, são importantes não somente para acelerar a substituição dos veículos a combustão, mas, também, para fortalecer a indústria nacional.

Da mesma maneira, é adequada a medida de se obrigar a eletrificação da frota de veículos do transporte urbano. O Estado, enquanto titular do serviço de transporte, deve atuar de maneira exemplar, indicando de



forma clara os rumos que devem ser seguidos. Ao mesmo tempo, deve utilizar sua força para causar impactos positivos em todas suas ações. Além dos óbvios desdobramentos relacionados à diminuição da emissão de poluentes no serviço de transporte público, a medida demonstra a seriedade com que a questão é encarada pela Administração Pública.

Identificamos, contudo, que o artigo que estabelece essa obrigatoriedade usa a expressão “concessionárias de **veículos** de transporte urbano”. Acreditamos que o mais adequado seja referenciá-las como “concessionárias de serviço de transporte coletivo urbano”.

Por fim, alertamos para a necessidade de ajuste na redação do art. 3º, no que tange à referência à isenção de IPI “até 2023”, posto que a eventual aprovação do projeto e sanção em lei ocorrerá em data posterior. No entanto, entendemos mais adequado que tal ajuste seja realizado pela Comissão de Finanças e Tributação, durante a apreciação da matéria.

Assim, voto pela Aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 138, de 2023, com a emenda em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado ALEX SANTANA
Relator

2023-21351



COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 138, DE 2023

Dispõe sobre incentivos fiscais para produção e comercialização de ônibus e demais veículos de transporte urbano elétrico ou híbrido.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao § 3º do art. 2º do Projeto a seguinte redação:

"Art.

2º

.....

.

§ 3º As empresas concessionárias de serviço de transporte coletivo urbano devem buscar dotar suas frotas de até 50% (cinquenta por cento) de veículos movidos a eletricidade ou híbridos." (NR)

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado ALEX SANTANA
Relator

2023-21351

